

PRELIMINARES PARA UM ESTUDO DO SUJEITO “INTERDISCIPLINÁRIO.” (DO SUJEITO LINGÜÍSTICO AO SUJEITO POLÍTICO)

Roselis Maria Batista *

*Com a participação dos integrantes
do círculo de estudos do projeto
“Linguagens Políticas e Política na
América Latina”.*

RESUMO

Este artigo apresenta alguns dos momentos de discussão do Círculo de Estudos do Projeto “Linguagens Políticas e Política na América Latina, sobre as definições de *Sujeito* em várias áreas do conhecimento, não só tentando encontrar o que aquelas definições têm em comum, como também aproximar os vários pontos de vista, a fim de esclarecer o que a autora entende por *Sujeito Político*.

Durante as várias sessões de estudos em que se reuniram os pesquisadores latino-americanos do projeto “Linguagens Políticas e Política na América Latina”,⁽¹⁾ inúmeras foram as vezes em que se buscou apreender um Sujeito (s) que servisse de modelo universal para preencher a lacuna do “sujeito político” – um dos pilares sobre o qual se sustenta o projeto. Não há linguagem sem sujeito. Mas o que é S.? E a linguagem mesma, no sentido saussuriano que seja, transmite, informa, comunica? E se o faz, quando o faz esse sujeito universal dentro de sua roupagem lingüística, apoderando-se e constituindo-se *de e na* linguagem, não “fala” sozinho;

ele se dirige inevitavelmente a um “tu” imaginário ou real, sempre numa “projeção de futuro” – mesmo quando, como sabemos, o tempo da enunciação seja o *Presente* – e, numa sincronia psicanalítica, como manifestou Alberto Sladogna “o tu sempre está dentro do eu”.

Esse dualismo *eu-tu* se cataloga dentro daquela binariedade que se apresenta nas ciências em geral, e na Lingüística em particular, sob formas tais como: sujeito-objeto; perfeito-imperfeito; direto-indireto; ativo-passivo, etc. Mas, como o *eu-tu* não representa uma prioridade da ciência lingüística, pois aparece como tema básico na Psicanálise, na Filosofia, na Antropologia, e até nas chamadas ciências exatas (veja-se o destinador-destinatário nos esquemas matemáticos da Teoria da Informação, por exemplo), resolvemos centralizar a questão na busca de definições dos sujeitos com a “consciência” de que os separávamos no intuito de entender os sujeitos específicos, sabendo que há o S. “único” (no sentido de universal) que vem a ser o próprio ser humano. Não obstante, não sendo o ser humano em geral o nosso objetivo direto, e sim o ser humano “Sujeito político”, passamos a dissecar as acepções de Sujeito na Lingüística”, S. na Filosofia, S. na Psicanálise e S. na Política. Neste artigo apresento al-

* Doutora em Lingüística – Universidade de Sorbonne. Professora Visitante na UFG – CNPq.

guns dos momentos de discussão que nas sessões de trabalho pareceram-me relevantes, tentando ao mesmo tempo encontrar seus pontos em comum, aproximá-los para chegar ao mar fechado que é o Sujeito Político. Como o S., qualquer que seja ele, só pode ser apreendido em movimento – mesmo o resultado do Discurso concluído (escrito ou gravado) apresenta as características do processo em que se realizou – parti para a explanação das experiências individuais em nossas áreas respectivas (Sociologia e Política, Linguística, Filosofia e Psicanálise) para iniciar o ciclo de debates.

Apesar da tentativa de resumir aqui as idéias principais de cada pesquisador participante do projeto, a bibliografia das notas remete aos relatórios de pesquisa publicados pela Universidade Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco, onde a compreensão particular e mais ampla de cada integrante do projeto se faz de maneira mais completa. É por isso que não detalho as noções de S. Gramatical na História das correntes Filológicas e/ou Linguísticas.

Voltando à questão da binariedade do S., deve ser prioritário encontrar uma definição do mesmo na língua. Transcrevemos algumas:

1) *“la gramática tradicional define al sujeto como aquel que hace o sufre la acción que expresa el verbo. . . . (el sujeto) es casi siempre punto de partida” (1).*

Observo ainda que o logicismo da classificação gramatical de S. Objeto (O) tinha muito que ver com a idéia de que linguagem e pensamento se coordenam de maneira perfeita ou quase perfeita, e posto que o ser humano é “antes de tudo” um ser “racional”, seu pensamento se verbalizaria logicamente, e sua linguagem se racionalizaria da mesma maneira. Nos enfoques da gramática tradicional a identidade ou não do S. como o “eu” não se discute. É por isso que se classificou – e ainda se classifica – “ela” como S. da oração abaixo:

a) *Ela* guardou a carta na gaveta da mesa.

A relação entre o *S. real* que está por detrás dessa frase – aquele que a pronunciou ou escreveu – e o *S. gramatical* “ela” é uma questão semântica – e também psicológica – que estava ignorada e permaneceu assim nas gramáticas tradicional e inclusive estrutural. Sabe-se que há um *S. impessoal*, um “sujet d’attente” ou *S. em espera* de, um *S. oculto*, um *S. tema*, e até mesmo um *absoluto* e outro *relativo*. Jean Claude Chevalier, Pierre Arivé e outros apresentam essas noções e nem sempre as classificações nos parecem satisfazer. Para exemplificar, na oração:

b) Beethoven compôs as mais imponentes sinfonias.

O S. “Beethoven” não necessita de esclarecimentos, é, por assim dizer, absoluto. Mas, nem para todos Beethoven é conhecido, e não se pode provar que ele o seja por mais que se esteja de acordo com o conteúdo semântico da frase.

Por um lado tem-se essa noção de absoluto/relativo válida para o S. – e também para o predicado – e por outro, nós a encontramos utilizada para a classificação dos verbos: assim, *dormir* é absoluto e *amar* é relativo porque o primeiro não exige complemento, e o segundo sim: amar o que? ou amar quem? Qualquer aluno de línguas reconhece essa divisão a classificação – igualmente binária – entre *transitivo & intransitivo*. Nesse caso uma pergunta pelo menos se presta à colocação:

Qual seria a relação que “eu-tu” estabelece com a transitividade e intransitividade?

ou ainda:

– É a terceira pessoa – a non-persona – que se contraporía a um “eu-tu” unificado, e que se relacionaria de alguma maneira com a transitividade – intransitividade? e mais:

– Haveria alguma relação entre S.-O. (objeto) e transitividade-intransitividade se nesta última (na intransitividade) o O. inexistisse?

No que se refere ao lado filosófico do problema, pode-se perguntar:

Não reencontraríamos aqui a definição de *S. epistemológico* do saber, do conhecimento, da ciência? (no caso

S.- transitividade – O. onde o S. é o “princípio constituinte e determinante da realidade”,⁽²⁾, como em:

c) Paulo votou no atual presidente.

É pertinente também a pergunta:

Até que ponto o *S. ontológico*, da realidade histórica e social, não se inclui em b)? Fica-se, portanto, com o Par (par?) seguinte:

sujeito-intransitividade

como com uma noção de sujeito frágil, dependente de uma realidade que ele não criou e que não pode, em princípio, modificar. Assim, em

d) Semíramis dormiu

O sujeito gramatical não corresponde às definições do S. em Filosofia apresentadas por Carlos Pereyra. Se por um lado uma binariedade se rompe – não há em d) *S. & O* – por outro lado encontra-se uma outra diferente, ou seja, *S. & PREDICADO*.

Segundo Hegel o S. é constituído pelo real, é o espírito absoluto, é a totalidade do real. Nessa dimensão Semíramis faz parte do real tanto quando funciona como *S. ATIVO* como quando funciona semanticamente como *S. PASSIVO*. É muito provável que esteja sendo forçada uma interpretação de Hegel que ele próprio não permite, pois Carlos Pereyra adverte: “Hegel hace polvo del dualismo kantiano”. Isso nos remeteria a ampliar o tema no campo filosófico, coisa que o espaço atual e a ausência ocasional de C. Pereyra não favorece.

Gostaria de passar a ilustrar com base no vocabulário POLÍTICO, algo que também foi veiculado no nosso seminário sendo que nele o exemplo era o PERONISMO, e aqui será o BRIZOLISMO. Se alguns indivíduos são chamados de brizolistas, ou se dizem brizolistas, deveríamos de nos perguntar como isso se deu:

1) são eles interpelados como brizolistas?

ou

2) são formados como tais?

Mesmo sendo a questão transplantada ao singular, o S. brizolista o

é porque assim se dirigem a ele, ou ele o é como produto da afiliação ou ainda, pode sê-lo como produto da conformação social?

Nesse translope de *S. individual* a *S.--coletivo-* fala-se de *S. brizolista* porque há um *conjunto plural*.

que nos permite utilizar o singular – a questão de ignorar o *S. brizolista* remete ao OUTRO, ao COLETIVO (ou coletivos) que se opõem a ele.

Mas não se trata apenas de uma oposição, e sim de quem *nela* o *S. brizolista* se define, e se instala nas instâncias não prejudica a sua existência. Como sublinhou Alberto SLADG-NONA – e isso se dá frequentemente na Constituição dos sujeitos em geral, e dos sujeitos políticos igualmente “há o não querer saber, porque não se tolera esse saber determinado”.⁽²⁾ Sem embargo esse não querer saber é impotente para fazer desaparecer o sujeito em questão, nesse caso o *S. brizolista*.

Ainda na dimensão do *S. & INTRANSITIVIDADE*, e do *S. & TRANSITIVIDADE*, se transposta ao político, poderíamos lembrar que numa tradição da Filosofia Materialista, “la afirmación de lo real es la aceptación de la existencia de un mundo exterior del *S. de conocimiento*”⁽³⁾: Dito de outra maneira, qualquer *S. enfrenta* esse mundo exterior a ele e nunca consegue apreendê-lo em sua totalidade: aquilo que ele capta estaria “posuído” por ele, num processo ininterrupto de constituição de si mesmo como *S.*, e o que não apreende – ou não pode apreender – permanece num circuito externo a este *S. determinado*. O primeiro caso faria parte do *S. &*

TRANSITIVIDADE, e no segundo, do *S. & INTRANSITIVIDADE*. É evidente, entretanto, que essa articulação não esgota a questão – veremos logo a relação dessa colocação como Benveniste – pois, da mesma maneira que o “EU”, o “TU” também quando na posição de “EU”, sofre o mesmo reconhecimento de impotência, e tanto um quanto o outro se iniciam como SUJEITOS POLÍTICOS com a tomada da palavra, ou seja, eles se constituem em seu discurso. Dito por Bonilla Sauz:” . . . Si bien es cierto que el *S. POLITICO* se inaugura en su propia palabra – (. .) – el *S. discurso* es siempre precedido por una posición en lo real”.⁽⁴⁾

Transposto à Linguística ‘grosso modo’ os conceitos filosóficos de *S. ONTOLOGICO*, e de *S. EPISTEMOLOGICO* se relacionam mais claramente (- o’claro’ aqui não exclui a complexidade -) com a visão de *BENVENISTE* entre o *SUJEITO DO DISCURSO (EU-TU)* e o *SUJEITO DA HISTÓRIA (ELE)*, sem que aparentemente se liguem à questão da *TRANSITIVIDADE & INTRANSITIVIDADE*. Diríamos, forçando talvez o raciocínio que, por um lado o *S. da História é semanticamente intransitivo*, ou, dito de outra maneira, a transitividade trabalhada no discurso da História é apenas formal e estática, e por outro lado, a interpelação que se fizer ao *S. da História* não serve para defini-lo como *S.*, posto que, ao ser colocada, qualquer interrogante conduzirá ao questionamento dele, da veracidade ou – valha a redundância – a dúvida na existência do “verdadeiro” *S. da História* que vêm a ser os *SU-*

JEITOS A POSTERIORI, aqueles que nos contam o relato da História.

Para o S. Linguístico a questão da veracidade do dito realizaria um papel secundário – (R. Batista, 1984) – mas para outros sujeitos, e para o S. POLITICO em particular faz-se necessária sua colocação, como aliás bem insistiu o filósofo Carlos Pereyra, mas o tema da VERDADE no político se topa com o do SABER e o do PODER. O S. POLITICO tende a abranger mais níveis concêntricos de relações ou seja, *informação & saber, saber & verdade, verdade & poder*. Slagogna disse exemplificando: Será possível saber tudo? “E mesmo que fosse possível, o que seria esse tudo? “Foi dito de Galtieri que ele tinha o poder e ele aparecia em determinado momento como “sabendo”. Do ponto de vista linguístico da oração, nenhuma abordagem gramatical dá conta de colocar essas questões junto àquela do S. (político, literário, da Pedagogia, da História, etc.), pois elas transcendem o âmbito da oração. Já se mencionou muitas vezes que a análise do Discurso é interdisciplinária, e o S. Político tem que ser estudado calcado no momento social que o conforma, na “prisão” que implica a História que o precede e os Governos passados e o presente, e as “pegadas” estão no seu discurso verbal e nas suas práticas políticas.

Resvalando para a análise de Bonilla Sauz, o S. POLITICO é encarado geralmente segundo um enfoque marxista, onde o parâmetro básico é a lógica do econômico. Nesse prisma a construção do S. POLITICO se dá numa determinação chamada de “ma-

terial”, e somente como tal pode ser apreendida, posto que, como nós do grupo concordamos,” o real aparece para o S. POLÍTICO como um ponto de partida incontornável.” No enfoque marxista não se trata de apreender o S. POLITICO através do real, mas sim do econômico, onde a “incontornabilidade” do mundo imposto a qualquer S. negaria a possibilidade de apreensão deste último. Aliás, diz-se com frequência que a constituição dos SUJEITOS POLITICOS foi um tema que o marxismo evitou, justamente pela carga de subjetividade que vem a ser o manuseio ideológico do que não é material. Há, entretanto, autores marxistas que não temeram o enfrentamento do real – inclusive no que ele tem de imaginário – para trabalhar seriamente a análise do DISCURSO POLITICO. Julieta Haidar é uma delas.

O título de resumo do aqui acima mencionado, as três instâncias que fazem parte do estabelecimento de uma lógica explicativa da política num enfoque marxista seriam as seguintes:

I
condições históricas
do econômico

II
interesses materiais
das classes

III
discursos e práticas políticas

“*en donde, más allá de
'últimas instancias' y de
'autonomías relativas' se*

presupone una homogeneidad y una transferencia constante de la significación entre I y III que terminan por imponer abiertamente una lógica originaria que es la lógica de lo económico''.⁽⁵⁾

Depois de constatar que a relação gramatical de um S. "y" com um O. "X" ou de um S. "Z" com ausência de um O. "X" está diretamente ligada a essa IMATERIALIDADE que escapa à volição do S. "Z", e que portanto, mesmo sendo real se encontra *fora dele*, e de observar que muitas línguas nos oferecem dois SUJEITOS LINGUISTICOS, um para a relação.

S. "y" & O. "x"

e outro para a relação

S. "z" & "-"

e de analisar exemplos dessas línguas denominadas de tipo ergativo ou "split-ergativ", que se encontram em quantidade abundante entre as línguas indígenas brasileiras como no kraho, no xavante, etc.- passo a contrapor o filosófico e o sociológico na maneira de encarar o S: POLITICO, para o plano psicanalítico, onde mais uma vez, além da tentativa de apreensão e de análise do S. POLITICO, nos deparamos também com a questão até aqui não mencionada do SIGNIFICANTE, e do S. como portador (ou criado) de significação.

Ainda aproximando-se da questão é relevante considerar que o

enfoque linguístico do S. tanto na Gramática Tradicional (incluindo as gramáticas gerais) quanto na Estrutural e na Gerativa, só em aparência denotam uma aderência exclusiva do S. ao nível de frase, pois as relações com o mundo "imposto" ao falante estão dadas de maneira profunda num enunciado tão simples quanto a), b), c) ou d), como também estão dadas as relações no mundo material e no mundo real que circundam o S. O que a Linguística não dá conta de resolver sozinha é a análise dos contextos onde esses "mundos" são exprimidos pelo S.. A problemática da apreensão e da definição de um S. *universal* não se pode reduzir à asseveração de que "em toda língua há S.", mas sim *de que tipo de S., de como ele se constitui e de como ele se manifesta* em situações X, Y ou Z. Além disso, a forma em que cada língua expressa o S. também é relevante porque implica um recorte do mundo diferente do nosso que é o mundo dos sujeitos falantes do PORTUGUÊS BRASILEIRO, e mais amplamente, falantes das conhecidas e difundidas línguas do continente europeu colonizador. (O maior ou menor grau de abstração e de "reverência" ao outro). O fato de em português não termos um "nós" qual, ou um "eu" semanticamente passivo do ponto de vista formal, oculta aparentemente, e dificulta realmente – uma análise' mais vertical do papel do S. *Político*. Daí a importância no rastrear as marcas do S., os dêiticos, como uma primeira abordagem.

Para Bonilda Sauz – que deixa em parte de lado o enfoque marxista

baseado na análise do econômico – o caminho está em trabalhar um S. PO-LÍTICO determinado pelo *real* – que não é neutro-:

“... *la constitución del sujeto político que pretendemos esbozar se separa de toda idea lingüística del sujeto. O, para ser más precisos, donde nuestra propuesta diverge de la idea de un sujeto construído a partir de una lingüística saussuriana*”.(8)

Com razão a proposta dele diz-se separar-se do linguístico pois durante longas décadas a Linguística teve – e continua tendo em grande porcentagem – uma única realidade possível, que é aquela da própria língua. Não obstante, faço um esforço em mostrar que essa não é – nem deve ser – a sua única realidade. Sem querer excluí-la deve-se complementá-la com uma análise mais acirrada e detalhada do linguístico. Se o S. constitui e é constituído pela linguagem, como reduzi-lo a uma realidade única, que seria exclusivamente a de sua própria manifestação verbal? De um lado tem-se esta questão, e de outro o social e o psíquico inconscientemente manifestado, reproduzido no DISCURSO. Em outras palavras agarra-se a *forma* com unhas e dentes, e o *conteúdo* com um sopro demasiadamente frágil. É justamente nesse passar de *molde e recheio do molde* que o S. se constitui.

É mister refletir sobre a crítica que não-linguistas fazem à Linguística com relação à questão do S.. Em rea-

lizade a Gramática não se ocupou durante séculos do S. no que ele tem de *não-forma* criou-se uma fantasia de um S. *Lógico*, e nessa ilusão estudaram-se as línguas. A SUBJETIVIDADE, que transcende o campo da gramática em geral, coloca em cheque a análise do S. como em a) enquanto idêntico a e):

e) Eu juro que construirei várias escolas primárias. Em a) trata-se de uma frase descritiva que pode inclusive ser comprovada empiricamente do ponto de vista de seu conteúdo semântico; em e) não é uma coisa nem outra. Independentemente da 1ª pessoa no papel de S., há um dado não empírico, uma impossibilidade de verificação “agora”, e outra a nível de captação deste mesmo “eu” se não se possui o contexto deste discurso, junto com as características daquele que tomou a palavra.

Segundo Carlos PEREYRA “el sujeto lógico no es más que una fantasía, incluso en la Lingüística”, e se é assim Bonilla Sauz tem razão ao questionar que: “si el sujeto lógico puede ser visto como una especie de fantasía idealista ... el sujeto que funda el *Ser* no existe”.(7) O S. *gramatical* seria apenas uma convenção. Esta, por sua vez se liga à idéia mais ventilada na Gramática, de NORMA, o que de maneira mais coerente talvez retoma a Gramática Gerativa Transformacional (GGT) falando sobre modelo. E é precisamente na busca da normatividade que a Linguística – seguindo a Gramática – falha diante da concepção do S.. Sem embargo, parece-me que com a GGT há uma tentativa de saída para o problema. “El pro-

pio Chomsky dice que cualquier nativo, no importa el enunciado que exprese se tiene que tomar como “correcto”, entonces eso va en contra de una normatividad, puesto que esquematar todo bajo determinados modelos que se van a dar y a repetir infinitas veces” (R. Batista 1984). A problemática da normatividade, aliás não é exclusiva da Linguística, atravessa outras ciências, e nela não vou me deter. Acrescentaria no entanto que é relevante ressaltar a preocupação do psicanalista Alberto Sladogna por isso que ele chama de “imperialismo normativo”, e como este se articula na Linguística em particular. O fato de haver aparecido uma Sociolinguística, uma Psicolinguística, uma Etnolinguística já é indício bastante de que a ciência primeira – ou seja a Linguística – não deu conta de resolver certos temas, inclusive e principalmente o do S.. É claro que se pode inverter a “ciência primeiro” e colocar a tarefa para a Sociologia, a Psicologia ou a Etnografia ou Antropologia. No caso da Sociolinguística por exemplo, tanto a Linguística quanto a Sociologia se teriam sentido fragilizadas em um determinado campo e momento com seus objetos de estudo.” . . . eso marca un problema: tanto lo marca que incluso los lleva a tener problemas terminológicos graves de comunicación. . . es un problema que surge al individuo desde dentro, y que había que pensar en este sentido que (el) ahí no está planteado alrededor de concepto de ciencia, porque hasta ahora, las ciencias en general (ver a Popper y a Althusser) siempre se han planteado como ciencias sin sujeto”.⁽⁸⁾

Uma das angústias dos sujeitos comuns e dos sujeitos intelectuais em particular, ou dos “Sujeitos do Conhecimento” reside sobretudo nessa NEGAÇÃO de SI, quando em princípio a criação reforçaria a existência do S.- Em outras palavras, quando um “S. de ciência” faz ciência e somente até quando ele se constitui. E o S. LÓGICO adotado secularmente inclusive na Gramática ajudava a todos, pois era aquele que *fazia o mundo*. E agora, se a sua existência é colocada em questão, o que é que ele faz? Ou ainda e antes como pode fazer se não é SUJEITO? Essa questão foi discutida no grupo em alguns momentos. Na Psicolinguística “grosso modo” a CRIANÇA aparece como o S. da operação de aquisição da linguagem, seja pelo INATISMO que defende Chomsky, seja pela aquisição a partir da BIOLOGIA segundo Piaget. Parece-me, entretanto que estudos aprofundados sobre a questão do sujeito na Psicolinguística ainda estão por serem feitos, encontrando-se muito mais trabalhos dedicados ao tema da aquisição da linguagem e ao da origem da linguagem.

Em outro momento – mais precisamente quando se discutia meu trabalho – o grupo levantou a contraposição entre S. & PREDICADO. O PREDICADO abrangeria também a intransitividade – apagando aparentemente o que foi problematizado aqui anteriormente – e *pode constituir-se como parte do S.* Existe uma diferença fundamental em a) e em f):

f) Joana é inteligente e educada. Em f) o predicado é quase uma tautologia do S.-. (Um exemplo de tautolo-

gia completa seria “O triângulo tem três lados”, posto que o S. “triângulo” já indica – traz em si – o que o predicado vai dizer). Os verbos de tipo copulativo vão apresentar orações onde o que se predica do S. se aproxima da classificação kantiana de “juízos analíticos e sintéticos. O que predica Joana sobre ela mesma poderia resultar em g):

g) Eu sou inteligente e educada. onde outra vez se dá o juízo analítico. A mudança de S. em f) e em g) é formal e a PREDICAÇÃO é uma ATRIBUIÇÃO. A Sladogna ressalta que não se pode confundir a idéia de que “atribuir algo a alguém” seja o mesmo que “ser”. Realmente trata-se de “parte de”. O fato de Joana ser considerada (ou considerar-se) inteligente e educada não implica em “toda ela”. Neste momento em g) há uma coincidência entre ENUNCIADO e ENUNCIACÃO que reforçaria o elemento da SUBJETIVIDADE, e que num discurso (literário, político, pedagógico?, histórico?), deve ser analisado em profundidade.

Nessa perseguição ao S. Sladogna retoma a questão do SIGNIFICANTE, que igualmente deve ser considerado na análise do discurso. Há um sujeito do inconsciente que se manifesta sempre, e que deve ser analisado. “en el decir se conforma lo entredicho, lo maldicho, el sujeto hablado siempre dice más de lo que su consciencia piensa”. Mas isso por um lado não quer dizer que o S. saiba que sabe, e por outro, na peculiar irrupção do S. do inconsciente: “Não vá pensar que eu . . .”, “Nunca pensei nisso”, “Não quis dizer isso”, onde a NE-

GAÇÃO aflora como “condicion de posibilidad para desplegar esa enunciacíon. . . Operación de negación en la que se estructura la organizacíon de los registros: simbólico, imaginario y real”.⁽¹⁰⁾

A Linguística tem despertado a atenção de psico e socio-linguistas, de psicanalistas, de teóricos da literatura, filósofos, sociólogos e antropólogos para a questão do SUBJACENTE, do pressuposto, do subentendido, da ambiguidade, etc. Oswald Ducrot entre outros, aprofundou-se no estudo dos implícitos a nível de consciente. Neles o papel do S. é o indicativo primeiro para a compreensão do não-dito, assim como também a intervenção do TU no S., a temporalidade, a subordinação, a semântica do dito, e outras marcas valiosas. Os psicanalistas se valem também desses aportes para penetrar no “mundo” do não-dito, e no do *saber sabido* ou do *saber imposto* (presenteado). Qualquer destes saberes carrega consigo o peso do SIGNIFICANTE, aquela envoltura sonora do signo linguístico, a imagem acústica de Saussure. Trata-se do signo o que o S: POLITICO expressa em seu discurso, ou apenas de um significante usado de maneira demagógica para dar a entender que ele – o S. Político – se apoderou daquele saber expresso pelo simples pronunciar da palavra? Um exemplo por demais repetitivo, mas que ilustra bem o emprego do significante nos discursos políticos de demasiados sujeitos-Políticos no Brasil é o de *DEMOCRACIA*. Não estaria demais recordar que este signo se esvazia a nível linguístico e a nível (de impacto) social quando ao ser utiliza-

do apenas como significante perde a sua força: *seu significado se anula*. Não obstante tem resistência ainda seu significante, e muitos acreditam na “verdade” que se pretende verdade enquanto reflexo do saber. Neste caso o saber *o que é Democracia*. E são vários os S. Políticos que ao serem imbuídos de poder real passam a acreditar que “sabem” o que nunca souberam. Pode-se inclusive arriscar na “existência de um novo saber” baseado unicamente no SIGNIFICANTE.

Em A. Sladogna se ressalta que “el significante en su recorrido, es el articulador de los tres registros del aparato psíquico humano: lo real, lo imaginario lo simbólico”.⁽¹¹⁾ Um linguista dificilmente poderia aprofundar esses registros relacionando-os com o estudo do sujeito, sem a ajuda de um psicanalista, e todos os três fazem suas incursões pelos diferentes discursos: literário, político, pedagógico e até e sobretudo naquele discurso do cotidiano onde é o linguístico que em geral se analisa.

A dificuldade em trabalhar o S. atualmente na análise do discurso, ou em outra análise mais clássica, é não poder ignorar o que vem sendo feito pela própria Linguística (Análise da Conversação, Teoria Argumentativa, Linguística de Texto, Análise do Discurso, Análise Morfo-sintática de línguas semi-ergativas, etc), pela sociologia e pela História (Análise dos Conceitos, Sociolinguística, Estudo do S. Histórico, etc.), pela Psicolinguística (estudos sobre a aquisição da linguagem, sobre a origem da mesma etc), pela Psicanálise (as marcas do S.

imaginário e no simbólico, o S. através do significante, etc).

Qualquer que seja o tema que se trabalhe em Linguística a questão do S. aparece mais ou menos exigente, e a profundidade na abordagem do mesmo só será conseguida – inclusive nas interrogantes linguísticas aqui apresentadas e em outras – se nos valermos da periferia “concêntrica” deste S. interdisciplinário que nunca é estudado numa só disciplina, mas que analisado em cada uma delas tem-se mostrado trunco. Parece-nos que é desejo de todos torná-lo mais forte, mesmo que seja na argumentação a favor da sua inexistência. Afinal é somente a ciência que se constrói sem SUJEITO? OU, é a “descentração” de sua consciência que não está sendo levada em consideração? Ficam por enquanto neste espaço uma das questões centrais que preocupam os linguistas e os cientistas em geral.

ABSTRACT

This article presents the discussions of the Círculo de Estudos do Projeto “Linguagens Políticas e Política na América Latina”, around the definitions of *Subject* in various knowledge areas, trying to find not only what those definitions have in common, but also to approach the many points of view, in order to clarify what the author understands by *Political Subject*

NOTAS

- 1 – Integrantes do Projeto: Linguagens Políticas e Política na América Latina.
(01) – Javier Bonilla Sauz – Sociólogo (uruguaio).
2) Alberto Sladogna – psicanalista (argentino). 3) Carlos Pereyra – filósofo e jornalista (mexicano). 4) Follari – pedagogo (argentino). 5) Juan Enrique Vega – político (chileno) 6) Roselís M. Batista – linguista (brasileira).

- (02) – R. Batista – “Teoría de la Enunciación y Sujeto” (citando J. Dubois) Reporte de Investigación – Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco – México – 1985.
- (04) – Notas da reunião de abril de 1984 para o Projeto “Linguagens Políticas e Política na América Latina” ILET (Instituto Latino Americano de Estudios Transnacionales).
- (03) – a. Sladogna – “El Significante”. Reporte de Investigación UAM-A México 1984 – p. 6.
- (05) – C. Pereyra – Notas sobre a reunião de abril de 1984 ILET México.
- (06) – J. Bonilla Sauz – “Notas para el Análisis de la Constitución de los sujetos políticos. Reporte de Investigación UAM-A sept., 1982, p. 15.
- (07) – J. Bonilla Sauz – idem , p. 16.
- (08) – J. Bonilla Sauz – idem, p. 19, 20.
- (09) – J. Bonilla Sauz. Notas sobre a reunião de abril de 1984.
- (10) – A. Sladogna – idem, p. 12, 13.